

HABITAR UM CORPO DISSIDENTE: COMO (RE) EXISTIR EM MEIO À SOROFOBIA E À GORDOFOBIA³⁴

LETÍCIA DE ASSIS

Introdução

Habitar um corpo dissidente é por si só um desafio em um mundo de padrões e encaixes. Na sociedade do espetáculo (DEBORD, 2007) e do consumo, ser um sujeito fora do enquadramento da normalidade implica viver uma série de exclusões que resultam na supressão ou negação de direitos, dos mais básicos aos subjetivos.

O estigma sempre me acompanhou de uma forma ou outra e talvez por isso não tenha compreendido uma vivência sem discriminação em nenhuma etapa da vida. Entretanto, de alguma forma nunca me vi só. Nem conhecia a palavra ativismo, muito menos militância, mas já enxergava olhos cúmplices na escola, na vizinhança e na igreja que frequentava com minhas tias. Como afirma Medeiros (2019), são as somas que nos fortalecem, mesmo antes de saber qual a casa ocupamos na equação:

Começo esta escrita, indicando que trago nela o eu e outros, pois percebo que nesta trajetória nunca estive só, estive sempre atravessada por várias/os outras/os que colaboraram e colaboram com meu crescimento, que me encorajam, desafiam, caminham e caminham ao meu lado, mesmo aquelas/es distantes, me orientavam e continuam a suscitar reflexão, que eu depois traduzia e traduzo para minha prática educativa e militante. (MEDEIROS, 2019. p. 45)

Para além dos recortes socioeconômicos que apartam, a evolução de tanto e de tudo não fez com que o peso, a cor da pele, a orientação sexual, o gênero, o local onde se nasce, as condições de saúde de cada um deixassem de relegar a todos um encaixe, padrões que segregam, isolam, estigmatizam e desqualificam os indivíduos conforme a “caixa” onde se enquadram.

Estigma é um conceito grego, criado para referenciar pessoas com sinais corporais, deficiências ou traços extraordinários. A sociedade da época buscava um termo que representasse o diferente, num sentido negativo. De acordo com Jimenez-Jimenez (2018), os sinais eram feitos com instrumentos de corte ou fogo nos corpos dos estigmatizados para avisar, marcar aquela pessoa de forma que todos soubessem que ela era escrava, incapaz, imoral, traidora ou criminosa. Essa pessoa deveria ser *evitada*.

34 O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc)

O conceito atravessou séculos e firmou sua ponte de exclusão também nas redes sociais digitais, como explica Jimenez-Jimenez (2018):

O estigma, portanto, é uma forma de controle social, no qual existe uma seleção de acordo com princípios morais, religiosos, institucionais, políticos, culturais e comerciais, padronizando o que é adequado ou não em nossa sociedade. Aqueles sujeitos que não se encaixarem no pré-estabelecido, acabam por ser estigmatizados e então excluídos socialmente, podendo quase sempre ser eliminados literalmente da sociedade onde vivem. (JIMENEZ-JIMENEZ, 20218, página 06)

Goffman (1975) afirma que o conceito de estigma permeia a ideia da presença física entre estigmatizados e não-estigmatizados, e essa relação se estabelece no cotidiano como o normal e o anormal.

As pessoas consideradas normais elaboram categorias e atributos a um estranho, e essas pré-concepções elaboradas são transformadas em “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso.” (GOFFMAN, 1975, p.12). Logo, ser gordo e ser soropositivo, não é algo considerado normal; é uma curva fora do trajeto, um desvio de comportamento, um existir em corpos dissidentes, passíveis de exclusão e discriminação.

Assim como eu, muitas pessoas também não conhecem o viver sem estigma, o que faz com que, ao longo da caminhada, encontrem saídas para amenizar, conviver e superar essa condição do diferente. Algumas dessas saídas se estruturam em forma de grupos de acolhimento e de ativismo em torno dos direitos das pessoas discriminadas e estigmatizadas de alguma forma.

Normatizar, se enquadrar ao esperado pelos demais, não diminui a dor, tampouco as limitações; pelo contrário, coloca os indivíduos em espécies de redemoinhos, num esforço sem fim para se tornar alguém que não se é. Normatizar se torna, portanto, ir contra o próprio normal de quem é estigmatizado.

Por outro lado, também não é possível viver na exclusão sem sacrificar a dignidade. E é nesse momento em que os ativismos se levantam: na representação de forças onde as dores individuais se tornam coletivas.

Soroativismo e gordoativismo: onde se encontram?

Se antes a militância se dava nas garagens, em espaços de ensino, se formava em grupos presenciais, clandestinos ou não, hoje ela acontece nas redes, que aglutinam pessoas em torno de um tema comum. Fatos concretos podem mobilizar a mídia em geral, as redes já constituídas e ter algum alcance sobre a opinião pública conforme consigam representar a heterogeneidade de atores envolvidos. A essa complexidade de interações que se fundem numa bandeira de múltiplos atores, grupos em constante formação/mutação, chamo aqui de ativismo digital.

De acordo com Lapa, Lanna e Silva (2019), o ambiente digital propicia a reflexão e a capacidade de indignação com os avanços negativos em áreas preciosas como os direitos humanos. Porém, “as pessoas vão consolidando a segregação espacial da era digital, em bolhas ideológicas, no discurso de ódio nas redes digitais, na profusão de *fake news*, no marketing customizado da vida política do cidadão de qualquer nação” (LAPA; PRETTO, 2019).

As mudanças culturais profundas, que refletem no olhar comum, sobretudo relativas ao consumo e à implementação de um mercado de massa, atravessam as questões pessoais do sujeito no mundo e como ele se relaciona com ele. Viver com HIV e ser uma pessoa gorda parecem sujeições separadas em origens e em implicações. A fusão surge justamente quando se pensa em estigma. O ponto de confluência entre esses sujeitos, que podem ou não habitar o mesmo corpo, são a exclusão, a anormalidade, o desencaixe social. Quando este corpo é feminino, a estigmatização é ainda mais cruel.

Canclini (2008) afirma que, de corpo ideal a corpo repulsivo, a condição feminina foi esmagada em uma regressão social, e as mulheres gordas, especialmente, foram aprisionadas em um encaixe de exclusão do belo e do aceito. Hoje, a palavra “gorda” se confunde com um insulto, enquanto o contrário – magra – se constitui um elogio tanto da parte de quem profere quanto para quem escuta. A palavra *aidético*, antes designada para as pessoas portadoras do HIV, carregou e de certa forma ainda carrega um sentido de morte, de encaixe promíscuo, de menos valia. As mudanças no léxico para “soropositivo” ou “pessoa vivendo com HIV” ampliaram o debate, mas não excluíram o preconceito.

Quando a necessidade de um recorte social ultrapassa a fronteira de reivindicar direitos justos, para lutar por sobrevivência e por permanência como ser humano natural, há que se recorrer às bases educacionais para que novas gerações passem a compreender o respeito novamente como norma. E nada melhor do que o digital para aproximar rapidamente conceitos do seu público-alvo.

Para Jenkins (2009), todas as principais mídias estão sendo influenciadas pela internet como uma forma de adaptação às transformações culturais, sociais e mercadológicas que ela trouxe aos meios de comunicação. O ativismo gordo e o soroativismo surgem, portanto, como forma de conversão, de voz para uma nova educação social progressiva com ética e respeito indiscriminado.

O contato com a diversidade de atores possibilita a profundidade de entendimento e a oferta de discursos sem a pretensão de imparcialidade, porém afinados com as teorias e as práticas que oferecem ferramentas de transformação social por meio da educação.

Os grupos e as convergências

A importância dos grupos de ativismo gordo e do soroativismo se convertem no apoio e na representatividade, ainda que tenham recortes e atuações bastante distintas.

O ativismo gordo ganhou força a partir do início da primeira década do século XXI, quando os conceitos passaram a ganhar força na academia, mas principalmente pela atuação de algumas personalidades importantes da militância latino-americana (ASSIS, 2022).

Como destaques:

- Maria Luisa Jimenez³⁵, autora de um dos principais livros sobre estudos do corpo gordo, *O Lute como uma Gorda*, é pesquisadora e professora universitária, além de palestrante e artista, colega no #pesquisagorda³⁶;

35 https://www.instagram.com/malujimenez_/

36 <https://www.instagram.com/pesquisagorda/>

- Kalli Fonseca³⁷, pioneira na escrita de blog especializado em moda e comportamento de pessoas gordas (foco para mulheres), autora e fundadora do projeto Beleza sem Tamanho;

- Thaís Carla³⁸, dançarina e ativista, ganhou notoriedade por ser uma das bailarinas gordas da cantora Anitta;

- Ellen Valias³⁹, atleta e militante pelos direitos das pessoas gordas e pela relação não punitiva com a atividade física, aplica um tom sarcástico e bem-humorado às suas críticas; é maratonista, jogadora de basquete, além de manter grupos de encontro para esportes coletivos nas periferias de São Paulo;

- Renata Gomes, advogada e criadora do site Voz das Gordas;

- Rayane Souza⁴⁰, do projeto Gorda na Lei, que tem feito inúmeras defesas e orientações em casos de gordofobia, principalmente no âmbito trabalhista;

- Laís Sellmer e Gabi Menezes⁴¹, do Saúde sem Gordofobia, projeto dedicado a mapear e reunir profissionais de saúde anti gordofóbicos por região do Brasil;

- Bianca Reis⁴², fundadora da primeira marca de lingerie e roupas de banho com tamanhos acima do 54 (o padrão da numeração maior das marcas *plus size*), a For All Types (FAT);

- Agnes Arruda⁴³, jornalista e militante, autora do primeiro livro que discute a gordofobia na mídia e do dicionário antigordofobia;

- Jéssica Balbino⁴⁴, jornalista e ativista, mantém colunas onde aborda o tema em alguns dos principais veículos do Brasil;

- Jamile Santos, do Coletivo Gordas Livres

- Jéssica Ipólito, do site Lugar de mulher Gorda e Sapatão;

- Adriana Santos⁴⁵, criadora do movimento Vai ter Gorda nas praias do Nordeste;

- Helena Custódio⁴⁶, responsável pela criação do movimento Vai ter Gorda na Praia, depois reinventado pela santista Erika Cador;

- Letícia de Assis, jornalista e fundadora dos coletivos Sim sou Diva e Desencaixa, além de ter sido responsável pelas duas edições do Vai Ter Gorda na Praia Sul, em Florianópolis;

- Juliana Dreher⁴⁷, primeira arquiteta a discutir publicamente os espaços e o acesso à cidade para todos os corpos, é palestrante, consultora e membro do coletivo Desencaixa⁴⁸ e participa comigo das ações do Vai ter Gorda na Praia Sul.

37 <https://www.instagram.com/belezasemtamanho/>

38 <https://www.instagram.com/thaiscarla/>

39 https://www.instagram.com/atleta_de_peso/

40 <https://www.instagram.com/gordanalei/>

41 <https://www.instagram.com/saudesemgordofobia/>

42 <https://www.instagram.com/beefatshiontalks/>

43 <https://www.instagram.com/arrudaagnes/>

44 https://www.instagram.com/jessicabalbino_/

45 <https://www.instagram.com/vaitergorda/>

46 <https://www.instagram.com/sougordinhasimoficial/>

47 <https://www.instagram.com/julianadreherconsultoria/>

48 <https://www.instagram.com/coletivodesencaixa/>

- Jussara Belchior⁴⁹, bailarina, doutora pela UDESC e artista, uma das fundadoras dos Coletivo Manada e do Desencaixa, que faz interações antigordofobia por meio da arte.

No movimento de combate à sorofobia, temos muitos nomes no ativismo digital, a maioria homens, e por isso darei destaque aos pioneiros e às mulheres que atuam neste âmbito. Importante destacar que alguns coletivos, como o Loka do Efavirenz⁵⁰ e o Estrela Guia⁵¹ entrecruzam pautas relacionadas à sexualidade, trabalho sexual, LGBTQIAP+, transgeneridades, entre outros. Como destaque:

Marina Vergueiro, cinepoeta, jornalista, palestrante, autora de “Exposta” e apresentadora do “Senta Aqui”, na Agência Aids. [Destaco a Marina também por ser a única, entre as ativistas mulheres, que também engaja na pauta da gordofobia⁵²].

João Geraldo Netto, com larga experiência em comunicação e políticas públicas, fala sobre o HIV de forma clara, trazendo as novidades nas pesquisas sobre medicamentos e outros assuntos relacionados;

Marcelo Pacheco de Freitas, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, coordenador da Aliança Nacional LGBTI+ no Estado de Santa Catarina;

Vanessa Campos, a sopsidHIVa, que vive com HIV há mais de 30 anos e fala sobre questões relacionadas ao feminismo e ao tratamento, entre outras;

Rafaela Queiroz, psicóloga, cujo ativismo foca nas pessoas com transmissão vertical e nas questões emocionais do viver com HIV/AIDS;

Pisci Bruja⁵³, transpóloga, pesquisadora e educadora, atleta ciclista que luta pelos direitos das pessoas trans e que vivem com HIV/AIDS.

eu, Letícia de Assis, que mantenho o canal “Tá Boa, Bunita?”⁵⁴ (atualmente sem conteúdos novos), onde conto minhas experiências e dou escuta empática. Em cima das dúvidas e dos comentários que surgem, eu crio os roteiros dos vídeos e as publicações para Instagram. Como também sou gordoativista, procuro interseccionar os temas sempre que possível. Fiz bastante esse trabalho na pandemia, principalmente nas questões relacionadas aos estudos sobre contágio e vacinação.

O que se lê nas nossas redes

Entre todos os sites, blogs e redes sociais destes e outros ativistas e militantes, há alguns recortes comuns quando se pensa nas trocas que temos com os públicos para quem falamos.

No caso da gordofobia, os comentários vão da hostilidade, passando pelo assédio sexual e do deboche, às ameaças, muitas vezes acompanhadas de capturas de tela de sites com dicas de emagrecimento, cirurgia bariátrica e afins.

49 <https://www.instagram.com/belchiorjussara/>

50 <https://www.instagram.com/loka.de.efavirenz/>

51 <https://www.instagram.com/estrelaguia.sc/>

52 <https://agenciaaids.com.br/noticia/catraca-livre-gordofobia-levou-jornalista-a-contrair-hiv-e-quase-morrer-de-aids/> Entrevista concedida em junho de 2022, onde a interseccionalidade das pautas ativistas fica explícita

53 <https://www.instagram.com/piscibruja/>

54 <https://www.instagram.com/taboa.bunita/>

Ainda nos vídeos sobre HIV/AIDS, o teor mais comum – além da profunda desinformação de boa parte dos que interagem – é a piedade e a culpa. Aparecem elogios à coragem de se expor, muitas dúvidas, relatos pessoais ou de parentes/amigos próximos e confusões sobre as notícias veiculadas. A figura de Deus, da redenção, da cura surge com frequência. Na captura de tela abaixo, alguns dos comentários que explicitam o abismo de informação que ainda habita a maioria das pessoas.

Captura de tela do meu canal, “Tá Boa, Bunita?”, na seção “Viver Bem com HIV”:



Quando o roteiro aponta situações de gordofobia e afins, os comentários tendem a ser violentamente diretos, pela impermanência do corpo gordo, que deve ser eliminado ou modificado a qualquer custo, mesmo que isso custe um risco de vida muito maior do que o ser gorda. Um exemplo de interação violenta unindo o fetiche ao nojo, o qual capturei e criei um subtexto para a rede Instagram, é o abaixo, da seção “Gordosfera”. Trata-se de um vídeo sobre fetiche⁵⁵:



55 Transcrição do texto que fiz para o Instagram: “Quando a gente se propõe a representar, a ser militante, algumas coisas chatas vão surgir mais cedo ou mais tarde. Uma delas é a quantidade de comentários e abordagens de ódio que surgem, a maior parte vinda de perfis criados apenas para este fim, os chamados *haters* 😊”

Como a intersecção entre gordofobia e sorofobia é feita publicamente em canais de pessoas que ocupam os mesmos corpos dissidentes se dá, nesta pesquisa, nos perfis de Marina Vergueira e o meu, há poucos registros que possam exemplificar as violências entrecruzadas. Porém, é notório que somos perdoadas por sermos positHIVas, mas nada poupadas por sermos mulheres gordas. Abaixo, um exemplo de atraso na detecção do HIV, que levou à pessoa ao estado de AIDS, por ela ser gorda:



Representar e autopreservar

Escrever sobre mim carrega a dimensão do que represento. O percurso autoetnográfico está repleto de interações, forças ressonantes que partem do meu eu sensível na relação com os que me cercam (MEDEIROS, 2019). Acredito que essa imersão tem potência, tem riqueza, tem os atributos de quem vive as trajetórias de estigmatização. Descrevo parte da minha vida atrelada ao contínuo processo de ensino-aprendizagem e militância dentro do ativismo gordo e, mais recentemente, dentro do soroativismo.

É interseccional e é embrionário diante de tantos atravessamentos e de uma “pressa” por descobertas em um mundo tão acelerado, polimorfo. Como prática crítica, a interseccionalidade desafia o *status quo*, invocando um amplo sentido das estruturas interseccionais para estudar a diversidade de fenômenos sociais, incluindo os ativismos e suas múltiplas manifestações (COLLINS, 2021, p.53).

O ativismo gordo acendeu discussões em torno da autoestima e da gordofobia graças às redes de pertencimento da *web*, mesmo que preconceito e a discriminação sejam assunto bem mais antigos. Especificamente contra pessoas com sobrepeso, é nos anos de 1970 e 1980 que surgiram verdadeiros movimentos entre medicina e publicidade para patologizar a obesidade como um dos males do século (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020).

Como na maioria dos casos em que há atitudes preconceituosas, a gordofobia também vem disfarçada de justificativas (NERY, 2018). A gordofobia médica é uma das argumentações mais utilizadas, pois o acusador parte do princípio de que as pessoas que estão acima do peso têm problemas de saúde, muitas vezes, sem ao menos conhecer a realidade em que o outro vive. O fato é que o tamanho da barriga ou o valor do peso não justifica o quão saudável a pessoa é; o que determinará se ela está saudável ou não são exames médicos, como o que detecta o colesterol e o percentual de

Convivo com eles desde o Sim sou Diva, principalmente nas ações do Vai Ter Gorda na Praia. Foram centenas, alguns bobos e outros com ameaças sérias. No geral, a gente se prepara psicologicamente para essa dura realidade de viver num mundo com internet. Porém, há dias que não é fácil. A gente pode estar com alguma fragilidade, pode desencadear algum gatilho... enfim, os motivos são muitos e um comentário desses derruba nossa energia 😞

O do print é só um dos exemplos dos muitos que recebo em todas as redes, principalmente quando os vídeos falam de gordofobia. É também uma prova de algo que falamos incansavelmente - nós, as ativistas gordas: a gordofobia é estrutural, legitimada na sociedade como algo natural, no máximo caricato. Quando, na realidade, é um estigma que causa muitos problemas e até a morte 😞

Como nem tudo são flores, quis trazer a vocês um exemplo de um dia em que não lidei bem com um desses comentários. Denunciem quando presenciarem esse tipo de situação, seja lá a quem for destinada, porque ninguém merece trabalhar contra um inimigo invisível, covarde, mesquinho 😞

Sigamos... porque os frutos positivos são sempre maiores; são alicerces para a mudança que queremos ver na sociedade 😊”.

gordura, entre outros. Este tipo de crítica, muitas vezes, é internalizada pelas pessoas que sofrem o preconceito da gordofobia, e, a partir daí, começam a reproduzir discursos baseados no “estilo de vida saudável”, mesmo sem ter nenhum problema de saúde.

[...] Portanto, o empoderamento é o melhor mecanismo para tentar minimizar as consequências desse processo que traz sofrimento e causa graves problemas psicológicos a muitas pessoas que estão fora do padrão social, construído pelo apelo consumista e pautado em elementos que são prejudiciais à saúde física e mental (NERY, J., 2018. P. 27).

O ativismo entra em cena no fator empoderamento. Bruno Latour (2012), em sua Teoria Ator-Rede (TAR), oferece a compreensão de que o social é o que emerge dos grupos, das associações entre o que ele chama de actantes, sejam pessoas, sejam máquinas, sejam representações, avatares e tudo que possa ser criado nessa inter-relação. Essa visão sobre o social torna-se interessante para se pensar corpo e espaço nos processos de mídia e educação, inclusive para pensar o ativismo dentro desse olhar.

Refletindo sobre o sorroativismo, ele existe porque os esforços políticos e socioeducacionais não dão conta do combate à sorofobia. Assim, pessoas que vivem com HIV, declarantes ou não da sua sorologia, passaram a encontrar nas redes o local de interação social e, por meio dos atravessamentos, um meio de luta efetiva para o combate ao estigma.

De acordo com a TAR, o espaço pode ser compreendido muito além da ideia de uma infraestrutura por onde passam coisas e ser apreendido em sua dinâmica móvel e associativa. São dinâmicas que se cruzam do micro (interação) para o macro (estrutura social), e vice-versa, no que podemos chamar de atravessamentos (LEMOS, 2013).

Se considerarmos que o ciberespaço é uma dinâmica de atravessamentos, o espaço se confirma como algo abstrato, assim como o entendimento do corpo, que pode ser um conjunto de órgãos, tecidos, músculos e ossos, ou uma personagem atribuída ou criada, ou mesmo uma memória afetiva, entre outras representações.

Corpo e espaço passam a ser compreendidos como relacionais, em formação permanente pela articulação de objetos, humanos e não humanos. Latour (2005) propõe pensar o ciberespaço como espaço-rede, saindo da micro e da macrodimensões, protagonizando o social se formando, se moldando, se deformando e se reinventando. “A internet vai produzindo espacialização na relação dos lugares e nas movimentações pelas conexões de tudo e todos, em um espaço de controle que se faz e se desfaz nesse movimento, no tempo” (LEMOS, 2013). Entender o corpo como não-restrito faz parte, portanto, do ciberespaço.

Quando comecei no ativismo, sem ainda saber que estava nele, os sites e as redes sociais da época cumpriram o papel agregador. Nunca ouvira falar em Teoria Ator-Rede e pouco conhecia dos feminismos latinos. Passamos a conhecer as histórias umas das outras. O que nos separava eram condições que, para aquele arranjo, não importavam. Aqueles laços que antes necessitavam da interação para serem construídos (laços emergentes) passaram a ser agrupados também pela associação (laços associativos) e passaram a ser mantidos pelos próprios sites e redes sociais. (RECUERO, 2009)

Tornamo-nos inacabados em nossos saberes, o que se manifesta em nossos perfis e também nos grupos em que participamos. Estes grupos passam a ser mutáveis, nunca acabados; afinal, “não há grupos estáticos e sim a formação de grupos contínuos” (LATOURE, 2012).

Embora exista o poder historicamente estabelecido e suas disputas pela hegemonia dentro das sociedades assimétricas, é inegável perceber que a condição de mutabilidade elevou os debates e as construções de conhecimento a outro centro de discussão. Um corpo gordo e um corpo que (con)vive com HIV requerem seu espaço visível. O corpo e o espaço que ocupa estão no cerne dessa teia:

Por falta de opções, nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos e antropólogos. [...] Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, quantas vezes forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura. Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas por onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica do que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas. (LATOURET, 1994. p. 09)

Construir sentido a partir de interações é o que se busca nas redes sociais. Mais do que espaços de exposição, as redes estabelecem terreno para que relações simples e complexas se firmem. Quando falamos de ativismos, podemos afirmar que permanência, buscabilidade, replicabilidade e presença das audiências invisíveis, são características fundamentais das redes para que eles se edifiquem, se fortaleçam e se propaguem (RECUERO apud PRIMO, 2013). É o que Recuero (2013) chama de hiperconexão das redes: “ferramentas amplificadas pelas práticas sociais dos atores, amplificando também todas as características dos públicos em rede”. Passamos a usar termos como conexão, teia, rede, matriz e interação associados com a hipertextualidade – link, *web*, *network*, matrix, *interweaving* (FELINTO, 2005).

Tecendo a resistência, não há como negar a importância do feminismo na construção do ativismo gordo e também do soroativismo. Vêm dessa fonte os alertas mais contundentes contra a uniformização dos corpos, a favor da diversidade e do respeito. Corpos não-restritos, fazendo a ponte entre os feminismos e a TAR.

O corpo feminino é historicamente ponto de confluência e disputa de poder, desde as relações mais primitivas e ‘naturais’ até as mais complexas, que envolvem o consumo e a própria estrutura do capitalismo. É um corpo em vigilância constante, de domínio público, manipulável, que existe como moeda de troca. Um corpo que se pretende manter estático. Eis a primeira grande vantagem das discussões do ativismo gordo no ciberespaço: o fim da corponormatividade.

Durante a investigação, alguns dos questionamentos mais inquietantes que tenho são relacionados às regras. De acordo com Butler (1999), podemos pensar a matéria dos corpos como uma espécie de materialização governada por normas. Essa “regulação” têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável.

Como essa materialização da norma na formação corporal produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação, o qual, ao deixar de ser considerado como plenamente humano, reforça aquelas normas regulatórias? Que questionamento esse domínio excluído e abjeto produz relativamente à hegemonia simbólica? Esse questionamento poderia forçar uma rearticulação radical daquilo que pode ser legitimamente considerado como corpos que pesam, como formas de viver que contam como “vida”, como vidas que vale a pena proteger, como vidas que vale a pena salvar, como vidas que vale a pena prantear? (BUTLER, 1999. p.17).

Na minha história, habitar o corpo feminino-gordo-positivo demonstrou, nessa ordem, qual o percurso deveria ser combatido ou mantido. Por demorar mais a compreender os tentáculos do machismo na própria trajetória, enxerguei nos estudos do corpo gordo um respiro de compreensão do meu próprio existir, estendendo aos pares de vivências dissidentes essa reflexão.

Os *Fat Studies* e o ativismo gordo, são influenciados pela teoria biopolítica de Foucault (1976), termo utilizado pelo autor para designar a forma na qual o poder tende a se modificar a partir do final do século XIX e início do século XX. A biopolítica coloca em prática as relações de biopoder locais ou centralizadas e, por elas, as pessoas são alvo e também instrumento em uma relação de poder, ainda que virtual. Podemos exemplificar aqui as questões de autoestima como um conceito pasteurizado, que pode ser comprado ou vendido, como se os corpos e os espaços não fossem sensíveis aos meios em que transitam e seus atravessamentos. Autoestima esta que afeta de forma contundente pessoas vivendo com HIV, não só por efeitos colaterais como a lipodistrofia (GRECO, 2016), mas pelo estigma de corpo deformado física e moralmente.

Sendo assim, o feminismo se apropria da relação pessoa X ser político, principalmente na segunda onda do feminismo, após 1960 (RANGEL, 2018). Liberdade sexual, direito ao voto, o trabalho fora dos lares, controle de natalidade e certa autonomia sobre seu poder de consumo são exemplos da transcendência do campo privado para o campo público e político. Com a vivência do espaço e do corpo como conceitos em rede, as lutas se fortalecem, bebem de outras fontes, transformam e ressignificam o corpo da mulher no espaço multidimensional.

A perspectiva do corpo gordo continua orbitando o campo da saúde num olhar individualista. Em seu artigo sobre invisibilidade gorda e sua luta⁵⁶, Montalbetti e Rodriguez (2019) afirmam que o serviço de saúde direcionado aos corpos gordos vem acompanhado de diferentes violências simbólicas e verbais, e de um discurso paternalista e infantilizador.

Para Rodriguez (2021), partimos do pressuposto que felicidade, saúde, *status* social e autoestima são valores correlacionados política e economicamente, em uma sociedade gordofóbica e sorofóbica, entre outros processos de discriminação. “A gordofobia é coletiva; a gordofobia e a sorofobia são estruturais e por isso estão presentes nas políticas públicas de saúde, já que vivemos numa realidade onde se tem ‘fome de magreza’, onde se precisa estar saudável a qualquer custo”.

Sobre saúde, pessoas com corpos dissidentes, ainda que sejam médicas especialistas, são vistas como números sem voz. A permissão de falar sobre saúde está diretamente ligada ao ‘ser magro’, ao cuidar do corpo, ao não portar nenhuma patologia. Por isso, a descolonização do saber é o meio apontado pelos ativistas para rever quem tem permissão de falar e quem pode ser escutado – ou seja, todas as pessoas que necessitam dos serviços de saúde. Montalbetti e Rodriguez (2019) falam sobre a vigilância biomédica e também tecnológica sobre os corpos dissidentes:

Existe um imperativo da saúde. Estamos, ainda, habitando a sociedade do risco (Ulrich Beck) e nos deixando capturar por ela. Como toda corpa-pessoa está em risco de ficar doente, deve ser cuidada, vigiada e controlada. Caso contrário, esta corpa-pessoa será culpabilizada e punida. Este território do risco conversa com a ideia do corpo impuro, enquanto ser orgânico e finito, traçando ainda mais a necessidade de regulação deste por meio da medicalização e da higienização. (MONTALBETTI e RODRIGUEZ, 2019. p. 02)

56 <https://peita.me/blogs/news/invisibilidade-gorda-e-a-sua-luta-por> - acessado em 16/03/2022 às 15h22

Se entendermos o corpo gordo e o corpo com HIV como um corpo em transição, é possível transportar o imaginário dos grupos hegemônicos, sobretudo os que orbitam o campo da saúde, para a noção mais aceita e difundida do que seria o ‘eu gordo’ e o ‘eu soropositivo’. Uma pessoa gorda não é aceita no seu existir gordo; ela é aceita como alguém que era magro e engordou, ou alguém que quer emagrecer. Uma pessoa que vive com HIV é aceita como alguém culpado por ter condenado a própria vida à morte precoce. Fora desse entendimento, passa-se ao olhar do estigma de pessoa deslocada, fracassada, prejudicial ao coletivo e fatalmente doente.

Existe uma história, um percurso onde pessoas se mutilaram ou foram mutiladas, algumas morreram com e em consequência dessa luta que orbita o corpo dissidente como doente, incapaz e público; essa luta contra a corponormatividade capitalista, que jamais deixou de ser política, porque envolve todas as esferas de existência de ser e permanecer.

Dossiês e outros tipos de estudos aprofundados são publicados com cada vez mais frequência, demonstrando o poder da discriminação e as raízes onde eles se fortalecem:

Dada a relevância e a permanência do estigma e da discriminação como barreiras ao enfrentamento da epidemia de AIDS, foram muitos os esforços em diversos locais do mundo, até o momento, voltados a descrevê-los. O Índice de Estigma de PVHA, as campanhas Zero Discriminação e Zero Discriminação na Saúde do Unaid, à qual aderiram vários países, estados e cidades, incluindo o Brasil, e a mais recente Abrece a Positividade, são exemplos disso (COSTA, 2019. p.47).⁵⁷

O mundo vive uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza. Ele é a versão moderna de um reflexo social em vigor desde a Revolução Industrial. À medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social (WOLF, 1992). E a reação das pessoas, anonimamente ou não, é tão violenta porque a ideologia da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. As mulheres gordas e soropositivas, então, buscam representação como forma de recuperar seu poder feminino e seu lugar de cidadãs. E o ativismo digital deu a oportunidade de criar uma cultura gorda; está a caminho de estabelecer a cultura do “ser positHIVo”.

Considerações finais

Unir os conceitos de gordofobia e sorofobia em torno de seus ativismos e, por consequência, apresentar uma convergência desses espaços por meio do estigma, apresentando a autoetnografia e os atravessamentos que esses sujeitos perpassam dentro das teias digitais, é também um desafio interseccional de (re) existência e representatividade.

⁵⁷ O Índice de Estigma de PVHA13 (The People Living with HIV Stigma Index) é uma iniciativa internacional de quatro instituições parceiras: a Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV (Global Network of People living with HIV, GNP+); a Comunidade Internacional de Mulheres vivendo com HIV/ Aids (International Community of Women living with HIV/ Aids, ICW); a Federação Internacional de Planejamento Familiar (International Planned Parenthood Federation, IPPF); e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (The Joint United Nations Programme on HIV/ AIDS, UNAIDS). Desde 2005, essas instituições reuniram-se com vistas a gerar evidências e informações que permitam a construção de uma ferramenta que mensure o grau de estigma e discriminação a que pessoas vivendo com HIV estão submetidas (PETRACCI e ROMEIO, 2011).

Pensar de forma alternativa as questões relacionadas aos corpos dissidentes e considerar o que a militância colhe em suas experiências e enfrentamentos pode, inclusive, oferecer ferramentas seguras para uma educação inclusiva, aberta para mudanças reais na sociedade. O impacto na saúde integral também podem ser experimentados justamente porque é no acolhimento que as dores se diluem e se resignificam.

No acerto e no erro, os ativismos oportunizam desconstrução e um olhar decolonial justamente nos pontos obtusos do relacionamento de servidores e cidadãos; crianças, jovens e adultos; não apenas como aprendizes, mas como sujeitos actantes, que interagem socialmente dentro e fora de ambientes públicos como postos de saúde, hospitais, redes de apoio, escola e, claro, nas redes sociais.

Coexistir em paz é a busca e agir de forma militante para tal é fundamental. A autoetnografia, entendida aqui como próxima da autobiografia, dos relatórios sobre si, das histórias de vida e dos relatos anedóticos, se caracteriza por uma escrita do “eu” que permite o ir e vir entre a experiência pessoal e as dimensões culturais a fim de colocar em ressonância a parte interior e mais sensível de si. (FORTIN, 2009, p.83)

Meu interesse pelos grupos e temas acerca do ativismo gordo surgiu das minhas próprias experiências e da observação de experiências similares na relação com o corpo gordo. A discussão é sobre o “ser gordo” e, nesse sentido, ela é mutável dentro da própria transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Da mesma forma, uma pessoa que vive com HIV, estando indetectável ou em recusa de adesão ao tratamento, será vista de maneira estigmatizada: um doente com alto risco de morte, que chegou a essa condição por um comportamento inadequado, promíscuo ou condenável.

São exemplos de como a mutabilidade e, ao mesmo tempo, a resistência nas análises dos campos vigentes precisam ser discutidas nos ativismos em perspectiva feminista. Adotar o olhar interseccional é uma forma mais abrangente de compreender os movimentos ativistas, sem negligenciar as disputas e os significados, empíricos e epistemológicos, que unem esses grupos, proporcionando ferramentas de uso midiático e educacional.

Referências

- AMORIM, Bárbara. *Novo corpo, nova vida: o mercado de cirurgia bariátrica em perspectiva sociológica*. Tese Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- ASSIS, Letícia B. *O ativismo gordo: da militância à autoetnografia, da voz à educação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.
- BUTTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CANCLINI, Néstor García: *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, A. L. *Culto ao corpo e sociedade – mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. São Paulo: Annablume, 2007.
- COLLINS, Patrícia H., BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

- COSTA, A.B.(pesq. Responsável). *Índice de estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS*. Brasília, DF, 2019.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: 50 anos depois, mais atual do que nunca*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2007.
- FORTIN, S. Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística. *Revista Cena*, Porto Alegre, v. 01, n. 7, 2009.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- GRECO, Dirceu B. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da AIDS no Brasil, 1985-2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1553-1564, 2016.
- JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luísa. *Lute como uma gorda*. São Paulo: Philos, 2020.
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa; ABONIZIO, Juliana. *Gordofobia e Ativismo gordo: o corpo feminino que rompe padrões*. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/1243_maria_luisa_jimenez_jimenez.pdf
- LAPA, A.B., LANNA, L.C., SILVA, S.S. Desafios da pesquisa ativista em educação. *Revista Teias*, v. 20 (Edição Especial - 2019): Educação ativista na cibercultura: experiências plurais
- LATOURETTE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012.
- LEMOS, André. Espaço, mídia locativa e ator-rede. *Revista Galáxia*. vol.13 no.25 São Paulo, 2013
- MATTOS, R. *Sobrevivendo ao estigma da gordura*. São Paulo: Vetor; 2012.
- MEDEIROS, M. B. Autoetnografia de trajetória na vida, no trabalho e na militância. *Revista Diversidade e Educação*, v.07 Especial. Rio Grande, 2019.
- MELO, Z. M. (2000). Estigma: espaço para exclusão social. *Revista Symposium*, 4 (especial), 18-22.
- MONTALBETTI, C.L., RODRIGUEZ, A.M. (In)Visibilidade gorda e sua luta. *Revista Peita*. Curitiba, 2019. Disponível em <https://peita.me/blogs/news/invisibilidade-gorda-e-a-sua-luta-por>
- NERY, Joseanne. Gordofobia: discursos de empoderamento de mulheres gordas ao preconceito. Disponível em <https://www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/368>
- RANGEL, Natália. A emergência do ativismo gordo no Brasil. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499466334>
- ROSA, M.E., SILVA, T.B.P. O feminismo como ator-rede nas transformações do processo da comunicação. *Revista Mídia e Cotidiano*. V. 13, nº 02, Niterói, 2019.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet: considerações iniciais*. Porto Alegre, Sulina: 2014.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.